
PERFIL SOCIOCULTURAL DA ESTUDANTE DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UFF – RIO DAS OSTRAS EM 2019: LIMITES, PRECARIEDADE E ALGUMAS CONQUISTAS¹

SOCIOCULTURAL PROFILE OF THE STUDENT OF THE SOCIAL SERVICE COURSE AT UFF - RIO DAS OSTRAS IN 2019: CHALLENGES FOR PROFESSIONAL TRAINING IN A PRECARIOUS CAMPUS

Vânia Noeli Ferreira de Assunção²

<https://orcid.org/0000-0003-4119-9987>

<http://lattes.cnpq.br/9958750868033184>

RESUMO: Neste texto, objetiva-se analisar as informações socioculturais sobre o perfil da discente de serviço social da Universidade Federal Fluminense (UFF) – Rio das Ostras, coletadas por meio de pesquisas quanti e qualitativa realizadas no primeiro semestre de 2019. Após breve apresentação do *campus*, expõe-se o perfil pessoal (gênero, identificação étnico-racial etc.) das estudantes; os dados e informações relativos a sua saúde; e, por fim, sua participação política, sua vida cultural, de lazer e entretenimento. São feitas, ainda, sempre que possível, comparações com dados de outras pesquisas atinentes aos mesmos temas, com o objetivo de situar as informações em um contexto mais global.

Palavras-chave: perfil discente; serviço social; universidade.

ABSTRACT: This text aims to publicize and analyze information sociocultural about the profile of the student body of social service at the Universidade Federal Fluminense (UFF) - Rio das Ostras, collected through quantitative and qualitative research conducted in the first semester of 2019. After a brief presentation of the campus and the course, the personal profile (gender, ethnic-racial identification etc.) of the students; their health; and political participation, cultural life, leisure and entertainment. Whenever possible, comparisons are made with data from other surveys.

Key words: student profile; social service; university.

Introdução

Este texto reproduz os principais dados e informações coletados na pesquisa Perfil da Estudante de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense (UFF) – *campus* Rio das Ostras (Curo), realizada em 2019. A origem da pesquisa está relacionada à percepção dos corpos

¹ Exposição de resultados da pesquisa Perfil do Estudante de Rio das Ostras, realizada em 2019 pela equipe: alunas Deborah Minatelli de Oliveira, Elyn M. Fragoso, Heloisa Helena L. de A. Mota (bolsista), Kathelyn Cristina S. de Abreu (bolsista), Letícia Santos Pinheiro, Patrícia Lizete da Silva (bolsista), Sabrina Ribeiro Rangel; e os Profs. Drs. Vânia Noeli Ferreira de Assunção (coord.) e Juan Retana Jimenez. Agradeço ao antropólogo Adrian Ribaric por ter gerado os gráficos para este artigo, a Lucas da Costa Brandão pelos comentários e a Cristina Maria Brites pelas informações históricas sobre o *campus*.

² Professora da Universidade Federal Fluminense - Rio das Ostras. Graduada em Ciências Sociais pelo Centro Universitário Fundação Santo André (1993), mestre (1999) e doutora (2005) em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. É co-editora da Verinotio - Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas. Dirige o Grupo de Pesquisas "Para a crítica marxista da sociabilidade, da politicidade e do pensamento sociopolítico modernos e contemporâneos". E-mail: vanianoeli@uol.com.br.

discente e docente acerca de questões como aumento da incidência de transtornos mentais e de problemas relacionados à capacidade da estudante de se manter (como a ausência às aulas, provocada pela impossibilidade de financiar o deslocamento até a faculdade e a alimentação no período de estudos). A Comissão de Orientação Acadêmica (COA) do curso assumiu a tarefa de levar a cabo a pesquisa, para o que foi criado e pré-testado um questionário, anônimo e *on-line*, com 68 perguntas fechadas. As perguntas iniciavam-se por questões pessoais (identidade étnico-racial, orientação sexual, religiosidade etc.), abordava dados socioeconômicos, saúde, ativismo e posicionamento político, cultura e lazer, trajetória estudantil e organização da vida acadêmica. Foi feita uma campanha de divulgação da pesquisa e de sensibilização para a importância da participação. Na primeira quinzena de junho de 2019, as turmas foram conduzidas, em horário de aula, ao laboratório de informática do Instituto de Humanidades e Saúde do *campus* para responder à pesquisa, sob supervisão da equipe responsável. A partir da análise dos gráficos gerados automaticamente pela plataforma em que estava o formulário (Type-Form), foi elaborado um roteiro semiestruturado com 15 perguntas e realizado um convite para as estudantes participarem de duas entrevistas qualitativas grupais, ocorridas em setembro de 2019, que contaram com um total de 12 alunos e alunas. Ressalte-se que, durante todo o processo, houve a preocupação com as questões éticas, como o respeito à vontade expressa dos participantes, o anonimato e o direito à devolutiva dos resultados, feita em diversos formatos e ocasiões³.

Neste artigo, propomo-nos a apresentar os principais dados socioculturais sobre o perfil discente do curso de serviço social do *campus* Rio das Ostras da UFF⁴. Iniciamos apresentando rapidamente a instituição e, em seguida, expomos as principais informações coletadas nas pesquisas quanti e qualitativa. Estas são cotejadas, sempre que houver dados disponíveis, com outras pesquisas semelhantes. Por fim, apresentamos alguns apontamentos conclusivos.

O *campus* Rio das Ostras da Universidade Federal Fluminense

Resultante da mobilização de elites e de estudantes de Niterói e região, a Universidade Federal do Rio de Janeiro (Uferj) foi fundada em 1960 pela incorporação de escolas federais (de Medicina, Farmácia e Odontologia, Direito e Medicina Veterinária) e estaduais (Engenharia, Enfermagem e Serviço Social), além de duas particulares (de Filosofia e de Ciências Econômicas). Em 1965, a instituição foi renomeada como Universidade Federal Fluminense (cf. UFF, 2020).

O histórico do *campus* de Rio das Ostras se iniciou com o processo de descentralização da UFF, a partir de 2003, quando a Universidade e a Prefeitura Municipal de Rio das Ostras (PMRO) assinaram um protocolo de intenções para criar o Polo Universitário de Rio das Ostras (Puro). Posteriormente, embasando-se em um estudo de viabilidade repleto de omissões e falhas (cf. CARVALHO, 2016, pp. 148 ss), foi assinado um convênio entre ambas as partes, pelo qual a Prefeitura se comprometia a ceder temporariamente uma escola municipal para funcionamento do Puro e a construir um amplo complexo de instalações permanentes, bem

³ Slides com os resultados completos, cartilha ilustrada e vídeo de divulgação (realizado pelo NEC, na pessoa de Romano Bruni) estão disponíveis em: <<http://ihs.sites.uff.br/perfildiscentesservsocial2019-i/>>. Também foi realizada reunião devolutiva com as estudantes durante a Agenda Acadêmica e apresentação prévia dos resultados aos professores em reunião de Colegiado do curso.

⁴ Os dados socioeconômicos foram expostos e analisados em Assunção (2021).

como a arcar com bolsas para os professores e para parte dos servidores técnico-administrativos. Compromissos financeiros de tal porte, como não poderia deixar de ser, traziam em seu bojo uma possibilidade de intervenção nos temas relativos à unidade local da UFF.

Em 2004, quando se iniciaram as aulas no Polo, o Tribunal de Contas do Estado (TCE) suspendeu o convênio, alegando problemas na prestação de contas. Somada a alterações na dinâmica política local, esta suspensão provocou uma interrupção das atividades no Polo até a intervenção do Ministério Público. O TCE acabou revalidando o convênio e o calendário acadêmico pôde ser retomado no segundo semestre de 2006. Em 2007, o governo federal lançou o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), com o fito de, aproveitando a estrutura física e os recursos humanos já existentes nas universidades federais, ampliar o acesso e a permanência no ensino superior.

Percebendo diversos problemas anunciados no projeto do Reuni – p.ex., o acréscimo de recursos previsto era limitado a 20% das despesas de custeio e pessoal, mesmo diante das ambiciosas metas, e ainda assim condicionado à capacidade orçamentária e operacional do MEC –, a comunidade acadêmica criticou o projeto, resistiu à forma como estava sendo proposto e sugeriu debates mais amplos. Em Rio das Ostras os professores, servidores e estudantes, após discutirem amplamente o tema entre 2007 e 2008, rejeitaram a proposta em reunião do antigo Conselho do Puro. (ASSUNÇÃO, 2021)

Apelando, porém, para medidas repressivas e manobras político-administrativas (GTP/ADUFF, 2013; SILVA, 2015), a Reitoria conseguiu a adesão da UFF ao Reuni, efetivado por meio do Acordo de Metas nº 44, assinado em abril de 2007 entre a UFF e a Secretaria de Educação Superior. Com base nesse acordo, a universidade elaborou seu Plano de Desenvolvimento Institucional 2008-2012, fortemente centrado na expansão e na melhoria qualitativa dos cursos.

No que toca ao curso de serviço social de Rio das Ostras, seu projeto pedagógico – que estava sendo elaborado quando se iniciou o debate em torno do Reuni – foi aprovado e, com isso, o curso deixou de ser uma extensão do de Niterói. As condições, entretanto, eram precárias, por exemplo, no tocante ao baixo número de professores e à infraestrutura deficiente, como observado pela própria comissão do MEC que reconheceu o curso em 2009, e posteriormente, em visita de revalidação. Em 2010 o MP voltou a intervir, obrigando a instituição a abrir mais vagas docentes, o que trouxe um pequeno alívio imediato, mas não resolveu o problema.

Nos cinco anos de vigência prevista para o Reuni, as verbas minguaram, concursos que preencheriam vagas docentes foram proibidos (em 2011, inobstante o número de estudantes tenha continuado em ampliação), houve a intensificação e a precarização das condições de trabalho dos professores e um aligeiramento do processo formativo (GTP/ADUFF, 2013; SILVA, 2015; CARVALHO, 2016). Apesar dos aditivos contratuais, os blocos A, B e C, que seriam de responsabilidade da PMRO, nunca foram construídos, de forma que a Universidade convive até hoje com uma crônica insuficiência de espaço. A tal ponto que disciplinas optativas, grupos de pesquisa e estudos e atividades de extensão não são realizados, para ceder espaço para as disciplinas obrigatórias. Os contêineres vêm suprir parte da necessidade de espaço. Além disso, o número de professores do curso de serviço social continua abaixo do previsto no projeto pedagógico. As dificuldades de moradia, transporte e infraestrutura urbana e de serviços numa cidade do interior estorvaram, durante certo período, a fixação de profis-

sionais, tendo havido dificuldade para preencher vagas docentes com o nível de qualificação requerido nos concursos, além de uma rotatividade de 50% entre 2005 e 2014 (cf. CARVALHO, 2016, p. 165). No primeiro semestre de 2019, eram 23 professores no curso, para 234 alunas com matrícula ativa.

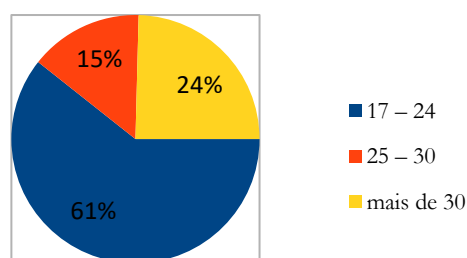
Tendo sido expostas, mesmo que tão brevemente, os principais momentos de constituição do atual *Campus* Universitário de Rio das Ostras (Curo), no próximo item exporemos os dados quantitativos e as informações qualitativas encontrados na pesquisa sobre o perfil discente.

O perfil da estudante de serviço social da UFF – Rio das Ostras

Perfil Básico

Das 234 estudantes regularmente matriculadas no curso no primeiro semestre de 2019, 183 (77,8%) responderam à pesquisa: 162 mulheres (88,5%) e 21 homens (11,5%), com idade dos 17 aos 70 anos. A grande maioria (69,4%) é solteira e não tem filhos (75%).

Gráfico 1: Faixa etária das estudantes, 2019



Fonte: Adrian Ribaric (com base em ASSUNÇÃO *et. al.*, 2019).

Lembre-se de que as mulheres são 51,1% da população brasileira total, conforme o IBGE. Nas instituições federais de ensino superior (Ifes), em nível nacional, elas são 54,6% (FONAPRACE, 2019), de forma que há uma diferença de 33,9 pontos percentuais em relação ao número observado na presente pesquisa. A larga predominância feminina na área de serviço social já foi constatada em outras pesquisas: em 2007 este era o curso com a maior taxa de mulheres nos últimos 30 anos (cf. SIMÕES, 2007, p. 175). Sabe-se que é uma profissão associada ao cuidado, que por sua vez é atribuído às mulheres pela divisão social do trabalho (CISNE, 2015).

No que tange à idade, há uma grande diversidade, mas a ampla maioria (60%) tem até 24 anos e está, portanto, predominantemente, na faixa etária prevista de inserção universitária. Provavelmente devido à pouca idade, mais de dois terços desse contingente é de pessoas solteiras e sem filhos, mas cerca de um quarto (24,5%) é pai/mãe de pelo menos 77 pósteros.

Outras informações importantes incluídas na pesquisa dizem respeito à identidade de gênero e à orientação sexual das estudantes. Como se sabe, está se consolidando a distinção entre as duas percepções: a orientação sexual tem sido definida na bibliografia recente como a atração afetivo-sexual, enquanto identidade de gênero é associada ao gênero (masculino/feminino) com o qual uma pessoa se identifica, que pode ou não ser o mesmo que o seu sexo biológico, definido por uma combinação de anatomia, hormônios e cromossomos (cf. NOGUEIRA; AQUINO; CABRAL, 2015, p. 13). Nesse contexto, quem se identifica com o gê-

nero atribuído ao sexo de nascimento tem sido chamado de cisgênero, enquanto os que não se identificam são transgênero, mesmo que não tenham recebido tratamento hormonal ou feito cirurgias de readequação.

Tabela 1: Identidade de gênero e orientação sexual das estudantes, 2019

Autodeclaração		%
Identidade de gênero	Cisgênero	94
	Transgênero	2,7
	Outros	3,3
	Total	100
Orientação sexual	Heterossexual	69,4
	Bissexual	21,3
	Homossexual	5,5
	Assexual	1,1
	Outros	2,7
	Total	100

Fonte: Elaboração própria (com base em ASSUNÇÃO *et. al.*, 2019).

Com relação à identidade de gênero, 94% das estudantes do curso declaram-se cisgênero, enquanto 2,7% são trans. A pesquisa do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis (Fonaprace), órgão da Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), encontrou um percentual bem inferior de estudantes trans (0,2% em nível nacional, embora registre que 11,6% negam a identidade cis, cf. FONAPRACE, 2018, p. 212). Se considerarmos a informação de que “As pessoas cisgênero representam 99% da população mundial, segundo dados da Associação Psiquiátrica Americana” (MINUANO, 2020), nossa pesquisa captou um resultado bastante diferente.

No que respeita à orientação sexual⁵, nossa pesquisa revelou que 69,4% das estudantes do curso são heterossexuais, enquanto 5,5% são homossexuais e 21,3% são bissexuais, ficando esta opção em um surpreendente segundo lugar. Buscar referências para comparação com a sociedade brasileira é difícil, pois os números e critérios variam muito. Uma das poucas pesquisas confiáveis, realizada há mais de uma década em algumas capitais do País, revelou que no Rio de Janeiro 90,7% das mulheres e 80,7% dos homens se declaravam heterossexuais, 7% das mulheres e 14,5% dos homens, homossexuais; e 2,3% das mulheres e 4,8% dos homens, bissexuais (ABDO, 2008). Já a pesquisa da Andifes revelou que a média de estudantes heterossexuais nas instituições federais de ensino superior (Ifes) é de 78%, variando muito entre as áreas do conhecimento: 81,3% na saúde, 77,1% nas ciências sociais aplicadas e 77,1% nas ciências humanas, as áreas mais afins ao serviço social – de toda forma, números acima dos encontrados na nossa pesquisa (FONAPRACE, 2019, pp. 52 ss). Os homossexuais são 7,6% na saúde, 8,6% nas ciências sociais aplicadas e 8,8% nas ciências humanas, enquanto os bissexuais são 6,8% na saúde, 8,4% nas ciências sociais aplicadas e 10,8% nas ciências humanas – neste último caso, a bissexualidade também supera a declaração de homossexualidade, embora os números sejam mais próximos entre si e mais de 10 pp abaixo do que os revelados pela

⁵ “Assexual: pessoa que não sente atração sexual por pessoas de qualquer gênero. Bissexual: pessoa que se atrai afetivo-sexualmente por pessoas de qualquer gênero. Heterossexual: pessoa que se atrai afetivo-sexualmente por pessoas de gênero diferente daquele com o qual se identifica. Homossexual: pessoa que se atrai afetivo-sexualmente por pessoas de gênero igual àquele com o qual se identifica.” (NOGUEIRA; AQUINO; CABRAL, 2015, p. 14) Pansexuais “podem desenvolver atração física, amor e desejo sexual por outras pessoas, independentemente de sua identidade de gênero ou sexo biológico” (ALIANÇA LGBTI *apud* UNIVERSA, 2019). Novamente, não é nossa intenção entrar no longo debate acerca destas questões, mas apenas descrever os resultados da pesquisa.

nossa pesquisa.

Incluimos duas perguntas sobre a questão racial, buscando também averiguar indiretamente o grau de conscientização das pessoas sobre o tema: uma sobre a identidade, outra sobre a cor. Os resultados são os seguintes:

Tabela 2: Cor e identidade étnico-racial autodeclaradas pelas estudantes, 2019

Autodeclaração		%
Etnia/raça	Branca	51
	Negra	29
	Indígena	4
	Outros	16
	Total	100
Cor	Branca	51,4
	Negra	24,6
	Amarela	15,3
	Outras	8,7
	Total	100

Fonte: Elaboração própria (com base em ASSUNÇÃO *et. al.*, 2019).

No tocante à identidade étnico-racial, a maioria das estudantes (51%) se declarou branca, enquanto 29% se identificam como negras, 4% como indígenas e 16% como “outros”. Já quando inquiridas sobre sua cor, 51,4% disseram “branca”, percentual bem próximo da identificação étnico-racial; 24,6% responderam “negra”, 4,4 pp abaixo das que se declaram negras na questão anterior; “amarela” foi a resposta de 15,3% e 8,7% optaram por “outra”⁶ (parda, miscigenada e morena).

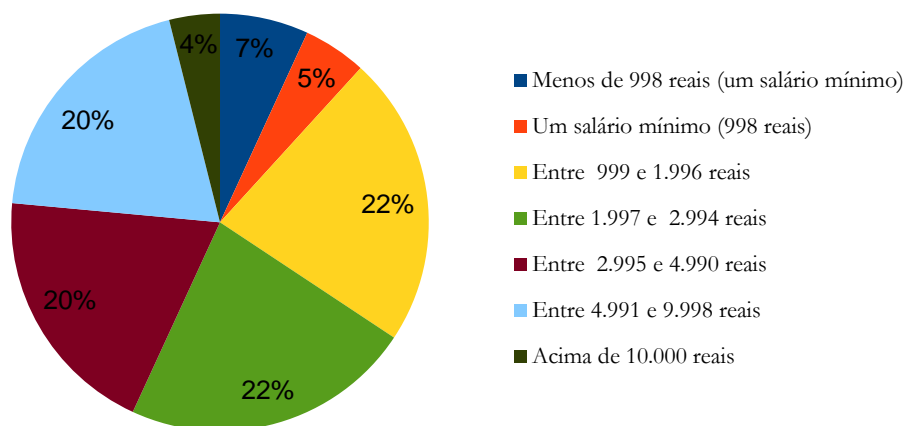
Os negros autodeclarados (pretos: 9,3%; pardos: 46,5%) são, ao todo, 55,8% da população brasileira (IBGE, 2019). Segundo o IBGE, os negros representam 46,6% dos estudantes universitários da rede privada, enquanto cálculos de Ristoff (2016) apontam que eram então 30%. Enquanto isso, nas instituições públicas de ensino superior, os negros são 50,3% dos estudantes, de acordo com o IBGE, ou 51,2%, conforme a pesquisa da Andifes (FONAPRACE, 2019, p. 210). Trata-se de um percentual histórico: pela primeira vez os negros se tornaram maioria entre os universitários. É preciso registrar, porém, que em todos os casos citados a inserção dos negros no ensino superior ainda é inferior à sua representação populacional.

Constatamos que o corpo estudantil de serviço social do Curo é composto por 40% de negros autodeclarados, sendo 71 mulheres (39% do todo) e 10 homens (5,4%), contra 91 mulheres e 11 homens brancos (60%). Quando visto em nível nacional, o serviço social é um dos únicos cursos (junto com Enfermagem e Zootecnia) que participaram de três ciclos do Enade que têm um percentual menor de brancos do que a população brasileira como um todo (o percentual de brancos no curso caiu de 60,7% no primeiro ciclo para 26,1% no terceiro, embora, surpreendentemente, o número de pretos e pardos também tenha caído no período, cf. RISTOFF, 2016, pp. 42; 44; 46).

⁶ O Censo do IBGE reúne sob a designação “negra” a população autoidentificada como “preta” e como “parda”, o que é considerado por alguns grupos uma vitória do movimento negro (SANTANA, 2020). Outros setores têm repellido o termo “pardo”, por ser supostamente associado à subalternização da negritude ou ao enaltecimento de uma miscigenação feita à força. A polêmica sobre a designação é candente. Uma parcela minoritária (mas crescente) do movimento prefere “preto” a “negro” (SACRAMENTO, 2016), este ainda o termo mais usado; outros setores apelam cada vez mais para “afrobrasileiro”, conceito que também sofre críticas por ser originário dos Estados Unidos, cuja questão racial é distinta da brasileira. Há inclusive debates sobre o próprio nome do problema, “questão étnico-racial”, uma vez que raça é um conceito biológico que não cabe para o ser social, e falar em etnias na sociedade brasileira seria mais apropriado para indígenas que para negros (MUNANGA, 2018).

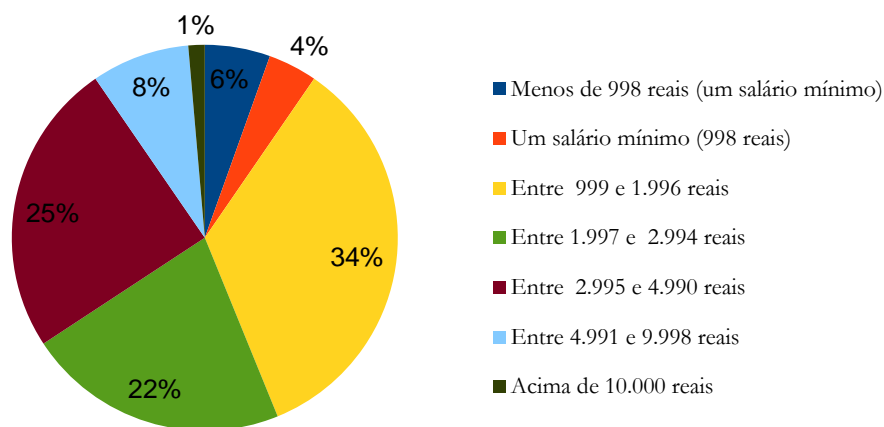
Indagamo-nos se o estudentado da UFF reproduziria as disparidades raciais de renda encontradas na sociedade. Para responder a tal questão, fizemos cruzamento de dados e buscamos comparar a renda familiar entre negras e brancas.

Gráfico 2: Renda familiar bruta das estudantes brancas, 2019



Fonte: Adrian Ribaric (com base em ASSUNÇÃO *et. al.*, 2019).

Gráfico 3: Renda familiar das estudantes negras, 2019



Fonte: Adrian Ribaric (com base em ASSUNÇÃO *et. al.*, 2019).

O percentual de brancas com renda familiar menor ou igual a um salário-mínimo (sm) é ligeiramente superior ao das negras (7% x 6%; 5% x 4%). Na faixa de um a dois sm há uma distância de 12 pp: 22% das brancas e 34% das negras estão nessa situação. Na faixa de dois a três e de três a cinco sm há proximidade numérica (22%; 20% a 25%). Entre as brancas e negras que vivem com de cinco a 10 sm há uma distância razoável, de 12 pp: 20% a 8%, respectivamente. A diferença cai no nível acima de 10 sm (1% das negras e 4% das brancas).

Perguntamos às estudantes sobre sua exposição a situações de preconceito e violência no *campus* ou cercanias. Neste quesito, não buscamos relação causal entre as ocorrências e o desempenho estudantil (como foi o caso da pesquisa da Andifes, o que inviabiliza a comparação), mas averiguar o quanto o espaço universitário se mostra seguro e/ou acolhedor para um corpo

discente majoritariamente feminino e com grandes representações negras e não heterossexuais.

Quando perguntamos se já sofreram preconceito na UFF ou arredores, 73,8%⁷ das estudantes responderam que não e 26,2% afirmaram que sim. Preconceito por idade, aparência física e sexualidade foram relatados por 5,5% do total, seguidos por gênero (4,9%) e racial (4,4%). Na pesquisa da Andifes, 4,6% apontaram preconceito/discriminação como um dos fatores que impactam seu desempenho, destacando-se negros, indígenas, cotistas e deficientes.

Quadro 1: Tipos de preconceito e violência sofridos pelas estudantes, 2019

Tipos de preconceito sofridos	%	Tipos de preconceito sofridos	%
Aparência	5,5	Condição social	3,8
Idade	5,5	Local de moradia	2,7
Sexualidade	5,5	Local de origem	2,7
De gênero	4,9	Outro	4,9
Racial	4,4		
Tipos de violência sofridos	%	Tipos de violência sofridos	%
Psicológica	10,9	Sexual	2,7
Urbana	6	Física	0,5
Moral	5,5	Outra	1,6

Fonte: Elaboração própria (com base em ASSUNÇÃO *et. al.*, 2019). Múltiplas escolhas eram possíveis.

Quanto à violência, 82,5%⁸ afirmaram não ter sofrido nenhuma, enquanto 17,5% sofreram. Destas 32 pessoas, apenas sete (22%) receberam algum tipo de apoio institucional. Acerca dos tipos, destaca-se a violência psicológica⁹ (10,9%), urbana (assaltos, furtos, brigas de trânsito etc., relatados por 6%) e moral¹⁰ (5,5%). 2,7% reportaram violência sexual¹¹. Na pesquisa da Andifes, 0,8% apontaram violência física, 0,7%, violência sexual (sendo 1% mulheres e 0,3% homens), e 3,7% violência psicológica/assédio moral como um dos fatores que impactam negativamente o desempenho acadêmico.

Para finalizar o perfil básico, apresentamos a seguir dados sobre religiosidade.

Quando perguntamos sobre sua inclinação religiosa, em primeiro lugar (33%) apareceu a opção “não tenho religião”, e imediatamente a seguir a opção “evangélica/protestante” (29%)¹². Em terceiro lugar, aquela que há algumas décadas era a religião largamente predominante no país, o catolicismo (17%). Num distante quarto lugar, candomblecistas e umbandistas (6%). Tomando-se, de um lado, aqueles que professaram alguma religião (54%) e aqueles que se disseram não-religiosos, ateus e agnósticos (41%), os primeiros são ampla maioria, embora

⁷ Na pergunta quanto aos tipos de preconceito, porém, foram 75,4% as que marcaram a opção “não se aplica”, pensada para quem não percebeu nenhum tipo de preconceito.

⁸ Na pergunta sobre os tipos de violência sofridos, porém, 80,3% marcaram a opção “não se aplica”, que valeria para as que não sofreram nenhuma violência. Lembramos que nesta segunda pergunta havia caixinhas explicativas sobre o que seria cada tipo de violência, segundo a Lei Maria da Penha.

⁹ Qualquer conduta que implique prejuízo à saúde psicológica, à autodeterminação ou ao desenvolvimento pessoal, por exemplo, degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões.

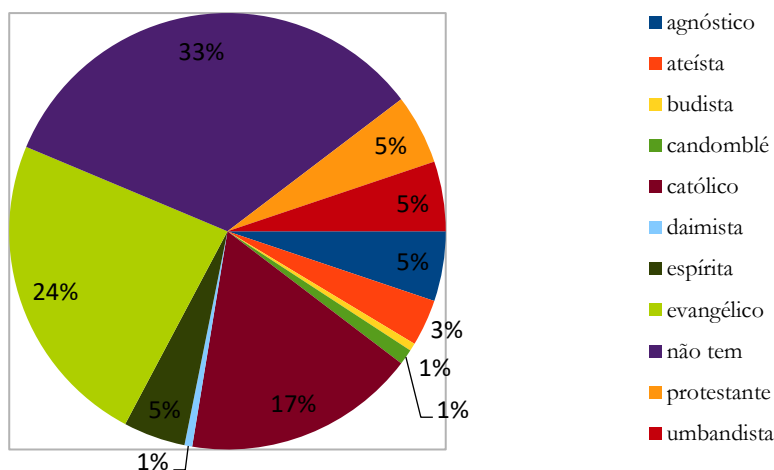
¹⁰ Ação destinada a caluniar, difamar ou injuriar a honra ou a reputação de alguém.

¹¹ Conduitas que constriam alguém a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, induza a comercializar de qualquer modo a sexualidade, impeça o uso de método contraceptivo ou force ao matrimônio, à gravidez ou ao aborto. Em 2019, houve no município 13 estupros denunciados, mas a subnotificação é grande, como dito em relatório pelo Movimento Chega de Estupros em Rio das Ostras (2013).

¹² No questionário pretendíamos que se declarassem protestantes as adeptas das religiões não-católicas tradicionais (como a metodista, a presbiteriana, a batista), enquanto o termo evangélico seria associado às igrejas mais recentes, especialmente as pentecostais. Entretanto, não ficou claro se ao responder as estudantes fizeram a mesma distinção, motivo pelo qual apresentamos os dados em conjunto.

numa proporção muito menor do que ocorre no país como um todo.

Gráfico 4: Inclinação religiosa das estudantes, 2019



Fonte: Adrian Ribaric (com base em ASSUNÇÃO *et. al.*, 2019).

Segundo os dados do Censo Demográfico de 2010, no Brasil os católicos eram 64,6% (no Rio de Janeiro eram 45,8%, o menor percentual), os evangélicos eram 22,2%, os adeptos das religiões afrobrasileiras eram 0,3% e os sem religião eram 8% (IBGE, 2020b). Trata-se, portanto, de números muito distintos dos averiguados em nossa pesquisa. Considere-se, porém, o espaço temporal de quase uma década entre o último Censo e a pesquisa ora publicizada, no decorrer do qual houve evidente aumento das denominações evangélicas.

A pesquisa da Andifes não investigou a religiosidade. Apelando para outras fontes, descobrimos que, em pesquisa realizada no curso de serviço social da UFRJ em 2006, os resultados apurados foram: 39,7% dos estudantes eram católicos, 25% evangélicos, 18,8% espíritas, 11,1% sem religião e 5,4% de outras religiões (SIMÕES, 2007). Novamente, dados distantes dos descobertos na nossa pesquisa, que se destaca comparativamente pelo número bem maior dos sem-religião, pelo baixo número de católicos e pelo alto número de evangélicos – lembrando, porém, do lapso temporal de quase década e meia entre uma e outra pesquisa. Evidenciava-se, em 2006, a forte identidade do curso da UFRJ com os valores religiosos, especialmente os das religiões associadas à prática assistencial ainda hoje muito presente entre ingressantes do curso.

Como a maioria das estudantes é religiosa, põem-se, de imediato, questões sobre como convivem subjetivamente nelas a religiosidade e o caráter politizado do curso, bem como características como a sexualidade. Quando são questionadas em entrevista sobre possíveis conflitos entre a formação com viés crítico e politizado e a prática religiosa, as estudantes respondem de formas diversas. Algumas negam que haja qualquer desavença, outras deixam claro o desconforto, como neste depoimento:

Quando eu entrei aqui na UFF eu era evangélica, também, praticante. Não que eu deixei de acreditar, mas eu passei a olhar as coisas com outros olhos e me incomodou muito estar dentro da igreja que eu frequentava, que era uma Igreja Batista também, e ver certos discursos de culpabilização, sem analisar todo um contexto, enfim, tudo isso, e mais recentemente nas últimas eleições [2018] também, diante do posicionamento na igreja em geral.

Outras, embora neguem, acabam esclarecendo que a cizânia só é deslocada: não aparece no local das reuniões religiosas (uma vez que as alunas, não sendo líderes, acabam não expondo suas opiniões naquele espaço), mas é internalizada pela família e ali se manifesta com força. Como expressou uma entrevistada:

Eu tenho tido conflito em casa, mais do que na igreja. Porque minha mãe é muito religiosa, e como eu tenho sentado para conversar... A gente não senta na igreja ou vai lá no púlpito, falar sobre serviço social, sobre tudo que a gente aprende aqui, mas com ela eu tenho conversado.

Imagina-se que tais tensões sejam ainda mais fortes para as estudantes não heterossexuais. Vejamos como se apresenta especificamente a questão da orientação sexual comparada à da religiosidade, p.ex., entre as sem religião e as evangélicas (excluídas as protestantes):

Gráfico 5: Orientação sexual das estudantes sem religião, 2019

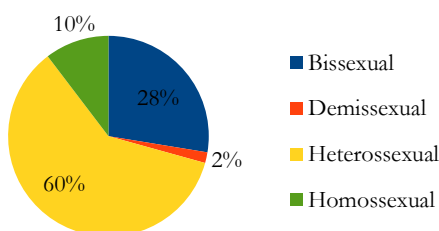
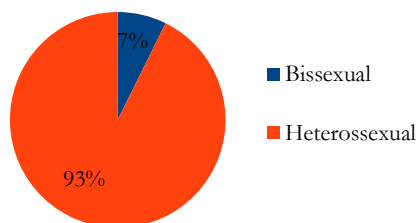


Gráfico 6: Orientação sexual das evangélicas, 2019



Fonte: Adrian Ribaric (com base em ASSUNÇÃO *et. al.*, 2019).

É notável a diferença: são hétero 60% das não religiosas e 93% das evangélicas (entre as ateístas, apenas 16%, e 76% entre as protestantes); são homossexuais 28% das não religiosas e 0% das evangélicas; são bissexuais 10% das sem religião e 7% das evangélicas (entre as ateístas são impressionantes 50%, e 24% entre as protestantes).

Saúde

Indagamos às estudantes sobre suas eventuais doenças crônicas e transtornos mentais comuns, sobre possíveis tratamentos a que tenham se submetido e se têm plano de saúde. Dentre as participantes da pesquisa, 38,3% têm plano de saúde, contra 35,6% na pesquisa da Andifes (FONAPRACE, 2019, p. 198).

Vejamos como está sua saúde:

Quadro 2: Condição de saúde das estudantes do curso, 2019

Condição de saúde da estudante		%
Não tem doença crônica		69,9
Tem	Depressão	13,7
	Hipertensão	6
	Obesidade	3,3
	Câncer	0,5
	Outros	14,2

Fonte: Elaboração própria (com base em ASSUNÇÃO *et. al.*, 2019). Era possível fazer escolhas múltiplas.

Cerca de 70% afirmam não ter nenhuma doença crônica. As 30% que são portadoras de

doenças crônicas responderam 197 vezes sobre os tipos de doenças que têm, o que aponta para a existência de comorbidades. As principais doenças mencionadas são depressão, hipertensão e asma. Das que apresentam doenças crônicas, 23% não fazem nenhum tratamento. A comparação fica prejudicada, já que a pesquisa da Andifes tratou do tema apenas no interior dos fatores que impactam negativamente o desempenho dos estudantes das Ifes: 5,9% apontaram problemas gerais de saúde como complicadores para seus resultados acadêmicos.

No tocante à saúde mental das estudantes, o quadro de transtornos mentais (TM)¹³ observado empiricamente em sala de aula vai ao encontro do que é noticiado acerca da sociedade brasileira como um todo: “A combinação das altas taxas de prevalência, o início cada vez mais precoce, a redução da qualidade de vida e o comprometimento no desempenho global da pessoa (pessoal, familiar, ocupacional, emocional e social) fazem com que os TM sejam um dos principais contribuintes para a carga de doença total” (SANTOS; SIQUEIRA, 2010, p. 245).

Nossa pesquisa constatou que 37,2% das estudantes já buscaram tratamento em algum equipamento de saúde mental em algum momento. No conjunto das Ifes esse número ficou em 32,4%, distribuídos em 37,2% para as mulheres e 26,4% para os homens (FONAPRACE, 2019, p. 200). Os principais TM para os quais nossas alunas buscaram tratamento foram ansiedade (31,7%), depressão (21,9%) e ideação suicida (7,7%). Em 43% – pouco menos da metade – desses casos, o quadro se manifestou após a aluna ingressar na faculdade, situação em que a ansiedade assume primeiro lugar (41,5%), seguida da depressão (14,2%) e da ideação suicida (7,1%).

Tentamos comparar com a incidência de TM na população brasileira adulta, mas notamos que as taxas variaram grandemente, de acordo com a metodologia e o grupo pesquisado. Segundo uma revisão bibliográfica, “Aproximadamente, 30% dos adultos brasileiros apresentaram TMC” (GRANER, RAMOS CERQUEIRA, 2019, p. 1.329). Segundo outro texto, “Dados do Ministério da Saúde apontam que 3% da população geral brasileira sofrem com TM graves e persistentes” (SANTOS; SIQUEIRA, 2010, pp. 238-9). Nesse último estudo, indivíduos na faixa etária de 25-54 anos – superior à do nosso público, em sua maioria – apresentaram os maiores índices, associados às condições socioeconômicas (desemprego, baixa escolaridade, condições precárias de habitação, trabalho informal, não acesso aos bens de consumo, condições predominantes em países da periferia do capitalismo global) e ao estado civil e ao sexo.

No atinente especificamente ao público universitário – que enfrenta um período de muitas mudanças e fatores estressores –, também é tarefa complicada comparar os dados. Pesquisas realizadas com estudantes brasileiros, em particular os da área da saúde, indicam variação de TMC de 18,5% a 49,1% (GRANER; RAMOS CERQUEIRA, 2019, p. 1.327). A conclusão dos autores é a de que, “No Brasil, as prevalências de TMC em universitários foram superiores ao identificado na população geral e entre adolescentes, mas inferiores às obtidas em usuários

¹³ TM são estados mistos de depressão, ansiedade, distúrbios afetivos bipolares, distúrbios obsessivo-compulsivos, entre outros, com sintomas como insônia, fadiga, irritabilidade, esquecimento, dificuldade de concentração e outras queixas somáticas que não atingem o nível suficiente para serem considerados transtornos psiquiátricos. “Segundo a Classificação Internacional de Transtornos Mentais e de Comportamento (CID-10), os TM se classificam como doença com manifestação psicológica associada a algum comprometimento funcional resultante de disfunção biológica, social, psicológica, genética, física ou química. Podem ser classificados, ainda, como alterações do modo de pensar e/ou do humor associadas a uma angústia expressiva, produzindo prejuízos no desempenho global da pessoa no âmbito pessoal, social, ocupacional e familiar.” (SANTOS; SIQUEIRA, 2010, p. 238)

da Estratégia da Saúde da Família” (GRANER; RAMOS CERQUEIRA, 2019, pp. 1.340). Em geral, apesar das variações, a predominância é maior entre as mulheres, as quais costumam apresentar com mais frequência os transtornos de ansiedade e humor, fobias, depressão; já entre os homens costumam ser mais comuns o abuso de substâncias psicoativas e álcool. A pesquisa Andifes encontrou 23,7% de estudantes de Ifes segundo os quais problemas de saúde mental e/ou emocionais impactam negativamente seu desempenho (há desigualdade de gênero: 28,6% de mulheres e 17,7% de homens relataram o problema).

No caso da nossa pesquisa, as alunas corroboraram a percepção de gravidade do tema nas entrevistas qualitativas, como se pode acompanhar a seguir:

Toda sala que eu passo, em turmas diferentes, eu sempre identifico alguém ou com crise e ansiedade, depressão, depressão profunda e ideação suicida, inclusive.

A gente vê que isso é geral, as pessoas estão muito oscilantes. Ninguém tá 100% bem e eu acho também que tem de tudo mesmo. Tem pessoas que querem procurar ajuda, mas não sabem por onde começar, tem gente que não acha que é o momento, não sabe como fazer. (...) tem gente que não sabe por onde começar, que prefere outras vias, seja sair todo final de semana, beber muito e usar a vida social de escape. Gente que faz uso de drogas como escape também, pra não procurar ajuda.

Perguntamos, nas entrevistas qualitativas, acerca da relação entre os TM e a vida acadêmica. As respostas variaram: algumas disseram que a universidade é fator causador, outras sugeriram que é um agravador de um quadro anterior ou externo à universidade, mas ninguém deixou de indicar esse momento como um dos elementos que pesam na saúde mental e emocional.

Tem de tudo, e principalmente, na maioria desses casos, tem muita relação com a universidade, sim.

Acho que é tudo um contexto que vai para além da universidade. Não é só por causa das aulas, mas é por causa das aulas, porque a gente tem que se formar, porque a gente tem que trabalhar, a gente tem que se manter, as questões familiares também andam junto, [tem] a questão da conjuntura, a gente não sabe se vai conseguir um emprego.

Tenho identificado problemas pessoais, emocionais, transtorno de família, até de violência. Com a pressão que sofre dentro da universidade, acaba juntando tudo e não dá pra separar. A necessidade de ficar aqui, se formar, conseguir emprego, não quer mais voltar pro lugar de onde ele veio... (...). Eu não consigo identificar uma [só] coisa. Eu vejo que é um processo, com as pessoas que eu tenho conversado.

O curso da gente é um curso muito politizado, ele traz muito esclarecimento, eu acho que isso, de uma certa forma, acaba pressionando também pra você lidar com essa realidade brutal, ela fica muito clara.

(...) eu tenho três “questões” psicológicas: eu tenho transtorno de ansiedade generalizada – tudo diagnosticado, não é vozes da minha cabeça –, eu tenho compulsão alimentar, tratada com nutricionista junto, também, e tenho tendências a suicídio. (...) E com a faculdade aflorou, no início aflorou muito (...). E, aliado, eu tenho bronquite, de doença crônica, então eu tenho fases que... final de período, às vezes, eu sempre fico doente, tenho crise alérgica, tenho crise de ansiedade. (...) Então, é uma linha muito tênue, (...) ter um transtorno (...) e você cursar, ainda mais se identificar com o curso, eu me identifico com o serviço social, às vezes é um peso muito forte.

Em particular este último depoimento, tocante e esclarecedor, vem um dos grupos que mais nos preocuparam: aquele que apontou ter ideações suicidas¹⁴ (7,7% já procuraram auxílio em

¹⁴ “A ideação suicida é um elemento fundamental de um processo denominado comportamento suicida, e surge como desencadeador dos demais componentes: a tentativa de suicídio e o suicídio consumado.” O comportamento suicida é multifatorial, envolvendo características de personalidade e histórico pessoal, “variáveis demográficas e socioeconômicas, orientação sexual, prática religiosa, comportamento suicida na família e entre amigos, consumo de álcool e sintomas

algum momento da vida para este problema, 7,1% tiveram esses pensamentos após o ingresso na UFF).

Aqui também a grave questão não é exclusividade do curso em tela. O suicídio é uma realidade amarga da nossa sociedade: a Organização Mundial de Saúde (OMS) reporta mais de 800 mil suicídios no mundo em 2015, dos quais 75% em países da periferia do sistema do capital. “O Brasil ocupa a 8ª posição no *ranking* de países com maior incidência de suicídios, superando o número de 12 mil casos por ano”, e “45% das tentativas de suicídio acontecem entre jovens de 18 a 24 anos; 54%, entre pessoas que se declaram multirraciais” (OLIVEIRA *apud* NOGUEIRA; AQUINO; CABRAL, 2015, pp. 13; 29) Os dados relativos à incidência de comportamento suicida entre universitários também variam muito (cf. SANTOS *et al.*, 2017). Citemos apenas um relatório da OMS, no qual “O suicídio é apontado como a segunda causa de morte entre os estudantes universitários, ficando somente atrás dos ferimentos autoprovocados. (...) Entre jovens (na faixa etária de 15 a 29 anos), tem sido evidenciado um aumento dos casos, sendo responsável por 8,5% das mortes nessa faixa etária em todo mundo” (SANTOS *et al.*, 2017, p. 2). Estar nos estratos sociais mais baixos, ter orientação divergente da heterossexualidade, ter amigos ou familiares que efetivaram o suicídio e ter depressão foram alguns dos fatores fortemente associados aos pensamentos suicidas. Foi encontrada também pelos autores, embora com menores evidências, associação com a ausência de religiosidade e o consumo de álcool. Vários destes fatores estão presentes na vida das nossas estudantes.

Participação política, vida cultural, lazer e entretenimento

Às indagações sobre quanto tempo reservam para o lazer durante a semana e quais atividades de lazer e cultura realizam regularmente as alunas responderam conforme os gráficos a seguir.

A esmagadora maioria (59%) tem de nenhuma a 5h para espairecer, enquanto 34,9% reservam de 6h a 15h e apenas 6% têm mais de 16h de lazer por semana. A forma de lazer mais comum (lembramos que era possível assinalar várias opções) é assistir a filmes e séries na própria residência, o que, se somado ao ver TV, atinge a grande maioria das estudantes; visitar amigos, ir à praia, ir ao cinema e frequentar bailes também aparecem entre as mais usuais. Das atividades culturais, 56,8% assinalaram não realizar nenhuma regularmente, enquanto 23% praticam esportes, 16,4% fazem atividades culturais propriamente ditas (dança, teatro, música, artes plásticas etc.) e 15,8% fazem curso de língua estrangeira.

Quadro 3: Atividades de lazer e cultura das estudantes, 2019

Atividades de lazer e cultura (por semana)		%
Tempo reservado para lazer	De 3h a 5h	36,1
	De 6h a 10h	25,1
	De 0h a 2h	18
	De 11h a 15h	9,8
	Acima de 16h	6
	Nenhum	4,9
Principais atividades de lazer	Ver filmes e séries por serviços de <i>streaming</i>	71
	Visitar amigos	55,7
	Ir à praia	51,4
	Ir ao cinema	41,5
	Frequentar bailes	40,4

depressivos” (SANTOS *et al.*, 2017, p. 2).

Principais atividades culturais	Assistir à TV	38,8
	Não realizam atividades regulares	56,8
	Praticam esportes	23
	Fazem dança, teatro ou outras expressões artísticas/culturais	16,4
	Fazem curso de línguas	15,8
	Fazem curso de informática	6,6

Fonte: Elaboração própria (com base em ASSUNÇÃO *et. al.*, 2019). Múltiplas escolhas eram possíveis.

Aventamos a hipótese de o pouco tempo reservado para o lazer ter relação com os TM apresentados. A tabela a seguir mostra os dois dados.

Percebem-se pequenas diferenças em relação à quantidade de horas reservadas para o lazer entre as estudantes que tiveram percepção de TM e as que não tiveram – diferenças que, em alguns casos, são positivas para as que têm TM. A maior discrepância alcança 4 pp, na faixa entre 11h e 15h de lazer, que é maior para as estudantes que não têm TM. Não é possível, assim, fazer uma correlação imediata entre apresentar TM e ter pouco tempo para lazer, não se confirmando a hipótese inicial.

Tabela 3: Percepção de transtorno mental x horas de lazer das estudantes, 2019

Tempo reservado para o lazer (por semana, em h)	Estudantes sem TM (%)	Estudantes com TM (%)
Nenhum	4,3	5,9
Até 2	18,4	17,6
3 - 5	35,6	36,8
6 - 10	24,3	26,5
11 - 15	11,3	7,3
Acima 16	6,1	5,9
Total	100	100

Fonte: Elaboração própria (com base em ASSUNÇÃO *et. al.*, 2019).

Quanto às fontes de informações, 58,4% das estudantes leem jornais mais de duas vezes por semana e 89,1% têm computador em casa, mas o principal meio de acesso à internet é o celular (73,2%). Quanto ao tempo e à finalidade do acesso à internet, os principais dados encontrados foram:

Quadro 4: Uso da internet pelas estudantes, 2019

Acesso à internet		%
Tempo gasto (por dia)	Mais de 5h	42,1%
	Entre 1h e 3h	30,6%
	Entre 3h e 5h	21,9%
Finalidade	Entretenimento ou redes sociais	66,1%
	Assuntos acadêmicos	49,7%
	Busca de informação e cultura	35%

Fonte: Elaboração própria (com base em ASSUNÇÃO *et. al.*, 2019). Múltiplas escolhas eram possíveis.

Constata-se que 42,1% das estudantes navegam mais de 5h por dia. Outra pesquisa verificou que o brasileiro fica em média por 9h29min por dia conectado, o equivalente a 145 dias por ano: é o segundo país a passar mais tempo na Internet, acima da média mundial (como outros países da periferia do capitalismo, enquanto os países do centro estão abaixo da média, cf. SILVA, 2020).

Tratando da finalidade do acesso, dois terços responderam usar a internet para entretenimento ou para entrar nas redes sociais, embora cerca de metade das alunas também use a rede para assuntos acadêmicos, e 35% para buscar informação e cultura. Os dados são coerentes

com pesquisa da Cepal, segundo a qual “depois da televisão, as redes sociais estão em segundo lugar entre os meios que os jovens latino-americanos usam para se informar” (*apud* FONAPRACE, 2018, p. 141). Na pesquisa da Andifes, a pergunta foi especificamente dos meios utilizados para informação. Os resultados: “quase 87% se informa por meio de mídias eletrônicas, sejam jornais, revistas ou portais de notícias (46,7%), mídias alternativas como blogs, canais de youtubers (14,1%) ou redes sociais como o Twitter ou o Facebook (26,1%)” (FONAPRACE, 2018, p. 141).

Outro aspecto que pesquisamos foi o da ideologia e do ativismo. Trata-se de elementos importantes para a formação profissional, já que a própria LDB inclui entre as finalidades do ensino superior “estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais”, o que só é possível com pensamento crítico-reflexivo e participação ativa na vida cultural e política nacional e local. Bem assim, coaduna-se com as diretrizes curriculares do curso, segundo as quais a formação profissional precisa garantir capacitação teórico-metodológica e ético-política para apreensão crítica dos processos sociais.

No tocante à visão, à opção política e à militância, os principais achados são:

Em termos de orientação político-ideológica, 51,9% das estudantes se declararam revolucionárias, e outras 23%, progressistas, o que soma 74,9% com posições mais alinhadas à esquerda – e, portanto, à tendência expressa no projeto ético-político hegemônico na profissão. Mas há 15,3% de liberais e, ainda, uma minoria muito pequena (4,9%) que assume ser conservadora.

Quadro 5: Visão política e atuação social das estudantes do curso, 2019

Visão política e atuação social			%
Visão política	Revolucionária		51,9
	Progressista		23
	Liberal		15,3
	Conservadora		4,9
Atuação política/social	Não tem		62,8
	Movimento estudantil		30,6
	Movimento social		16,4
Atuação religiosa e voluntariado	Partido político		12,6
	Movimento ou instituição religiosa/filantrópica		20,8

Fonte: Assunção *et. al.* (2019). Múltiplas escolas eram possíveis.

A visão de mundo que aposta na transformação – revolucionária ou reformista – da sociedade não se materializa, porém, em atuação prática¹⁵: 62,8% das estudantes não têm nenhuma militância, enquanto 37,2% são ativistas. Destes, 30,6% atuam no movimento estudantil, 16,4% em movimentos sociais diversos, e 12,6%, em partidos políticos.

Um dos depoimentos para a pesquisa qualitativa retrata certo desapontamento de militantes ao ingressar no curso:

¹⁵ Pesquisa realizada em 2006 no curso de serviço social da UFRJ já constatava uma baixa participação política: “6% participam de movimentos sociais; 3% de associação de moradores; e 6% de partidos políticos” (SIMÕES, 2007, p. 180). Os alunos sem religião tinham 22,4% de participação em movimentos de caráter cívico-político, e os religiosos, 10%. Estes tinham muito mais engajamento nas instituições religiosas. Verificou-se, ainda, a exclusão entre as formas de participação: os não religiosos não participavam das entidades ou movimentos religiosos e vice-versa.

(...) apesar do nosso curso ser muito crítico, (...) a gente tá muito parado e toda essa frustração minha quando eu vinha para cá, para a universidade, ficava mais intensificada porque eu via gente falando na sala de aula sobre ética política etc., aí, ao mesmo tempo, eu não vi movimentação, (...) a minha militância caiu assim... drasticamente depois que eu entrei na faculdade. (...) uma coisa que era tão importante, hoje em dia eu quase não tenho mais.

Nas Ifes como um todo, quando questionados se participam de movimentos e organizações, 28,4% dos estudantes responderam afirmativamente, indicadores mais baixos que os encontrados em nossa pesquisa (mas variam conforme as áreas e outros fatores). Especificamente, os alunos relataram participar do movimento estudantil (7,4%, indicador muito distante do apontado na pesquisa realizada na UFF), do movimento feminista (6,4%), em associações atléticas (5,8%), de movimentos artístico-culturais e em organização religiosa (4,4%), do movimento LGBTQTT (4,2%), do movimento negro (2,3%), do movimento ecológico (2,2%), de partidos políticos (1,6%) e do movimento sindical (0,7%) (FONAPRACE, 2019, p. 139). A pesquisa da Andifes também chegou à importante constatação de que o envolvimento discente em projetos de ensino, pesquisa e extensão e sua cobertura por programas de assistência estudantil também estão associadas à maior participação política. Mais ainda: contrariando o senso comum, comparados aos não militantes, os ativistas trancam menos a matrícula em vários cenários e mostram-se mais interessados em cursar pós-graduação – por outro lado, também apresentam mais quadros de TM, atestam sofrer mais violências, têm mais problemas nos relacionamentos sociais, familiares e dificuldades financeiras (cf. FONAPRACE, 2019, p. 138).

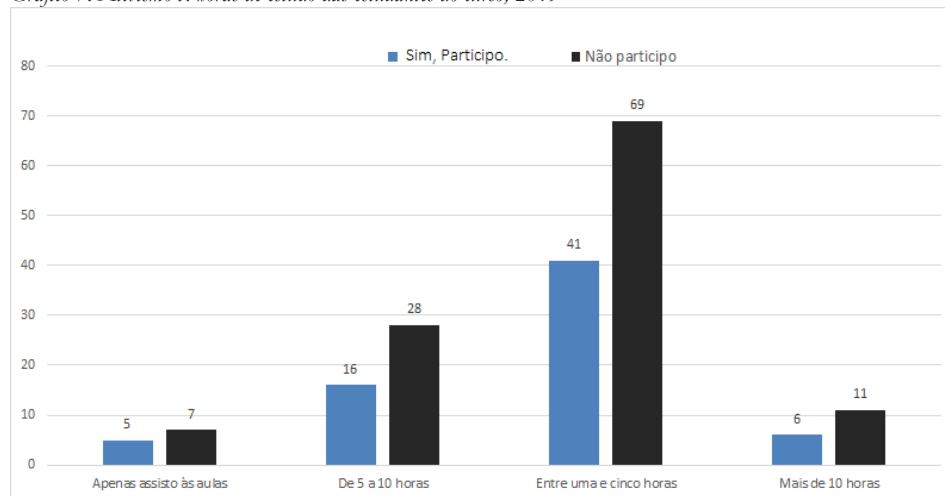
Na nossa pesquisa, o baixo envolvimento prático nos movimentos e associações extravasa também para o âmbito assistencial: apenas 20,8% estão engajadas em algum movimento de natureza religiosa ou filantrópica¹⁶. Este número está quase 33 pontos percentuais abaixo dos 53% de adeptos das religiões mais tradicionalmente afeitas à beneficência (31,7% de evangélicos, 16,9% de católicos e 4,4% de espíritas). Um interessante depoimento pode trazer luz sobre este tema:

Até quando eu entrei para o serviço social, (...) a gente tinha essa ideia, acho que todo mundo tinha, sobre assistente social ser algo do tipo que a gente faz lá na igreja. (...) porque a gente cresce aprendendo que a gente não tem direito a nada, e tudo que vem pra gente, qualquer esmola, é porque alguém quis dar. E aqui, a gente estudando no serviço social, eu aprendi que não é esmola, não é que a gente precisa, é que é direito.

Tentamos entender se e em que medida a militância política afetava o tempo dedicado aos estudos. O gráfico a seguir traz algumas informações a respeito:

¹⁶ Na pesquisa da UFRJ, “Entre os alunos estudados, a vinculação neste tipo de trabalho envolveu 35% dos discentes (...), sendo, portanto, inferior à participação religiosa e superior à cívico-política. (...) Os evangélicos/protestantes são os mais participativos, seguidos de espíritas, católicos e ‘sem religião’.” (SIMÕES, 2007, p. 183)

Gráfico 7: Ativismo x horas de estudo das estudantes do curso, 2019



Fonte: Assunção *et. al.* (2019).

Verifica-se que 2,7% do total de estudantes que militam e 3,8% das que não o fazem não reservam tempo para estudar; 8,7% das militantes e 15,3% das que não têm participação política estudam entre 5h e 10h; 22,4% das ativistas e 37,7% das não militantes estudam entre 1h e 5h; 3,3% das que atuam e 6% das não militantes estudam mais de 10h.

Considerações finais

Expusemos neste texto os resultados socioculturais da pesquisa quanti-qualitativa acerca do perfil das estudantes de serviço social da UFF – Rio das Ostras em 2019. Na tentativa de permitir uma melhor análise e uma contextualização mais ampla dos dados, buscamos fazê-lo, sempre que possível, em comparação com dados de pesquisas similares.

Iniciamos com uma brevíssima apresentação das características e condições da própria instituição universitária e do curso em particular, que também são informações importantes para se compreender os dados aqui reproduzidos. Isso porque contribuem para a formação do perfil discente, já que este também é constituído por determinadas condições socioeconômicas, para além da individualidade, da trajetória escolar e da personalidade da estudante e das características de sua família.

Como visto, o *campus* e o curso enfrentaram inúmeros problemas no decorrer da sua história, especialmente os relativos ao financiamento, mas também ao alto grau temporário de modificação do seu corpo docente e à crônica falta de espaço físico, que impactam os encontros de grupos de estudos e de pesquisas e até a oferta de disciplinas optativas.

Demonstramos, em outro texto (ASSUNÇÃO, 2021), que o corpo discente do curso está majoritariamente situado nas faixas mais baixas de renda (60% ganham até três sm) e não tem renda própria, sentindo fortemente os efeitos do desemprego e da precarização das relações de trabalho (embora não tenha sido possível correlacionar vínculo empregatício a aumento da renda). Vimos também que a grande maioria se qualifica para receber auxílios e/ou bolsas educacionais, mas apenas 15,3% já foram contempladas com alguma modalidade, o que certamente prejudica o aproveitamento e a permanência no curso.

As alunas do serviço social do Curso são predominantemente mulheres, solteiras, sem filhos, de até 25 anos. No que diz respeito tanto à orientação sexual quanto à identidade de gênero,

apresentam-se menos alinhadas à heterossexualidade que a população em geral e de outras Ifes. Destaca-se o grande número de bissexuais, que vai ao encontro de algumas hipóteses aventadas por médicos (embora sem corroboração em dados) de que a humanidade caminha para a bissexualidade (EXTRA, 2007), algo que o pai da psicanálise, S. Freud, também já teria apontado.

No tocante à presença de negros, contrariando hipótese inicial, os números no curso são mais baixos que os do IBGE, os da Andifes e até que os da rede privada, mostrando o quanto ainda é necessário avançar para que este grupo tenha representação proporcional a seu peso populacional. Notou-se uma maior congruência das brancas em relação à sua própria origem étnico-racial e uma maior variedade das negras sobre como se autorreferir, especialmente no tocante à cor.

No que diz respeito às desigualdades econômicas raciais, em outro lugar (ASSUNÇÃO, 2021) trouxemos os indicadores de vários estratos, que são bastante aproximados; uma diferença notável, de 12 pp, é verificada nas faixas de um a dois sm (maior presença de negros) e de 5 a 10 sm (maior presença de brancos). Mostramos também que os cotistas são 41%, ou seja, há uma maioria de estudantes que ingressou por ampla concorrência, modalidade de ingresso da maioria absoluta das brancas e indígenas, mas também de 36,2% das negras, enquanto 50% das pardas entraram por cotas raciais.

Os dados sobre religiosidade demonstram uma convivência que pode ser pacífica, mas em vários momentos se mostra tensa, manifestando-se muitas vezes mais na relação familiar do que no templo. As estudantes buscam um equilíbrio frágil entre a fé, a que subjaz uma visão política e social em geral conservadora, e um curso bastante politizado e crítico, voltado ao combate da desigualdade e da exploração que é. Fica, também, evidente que a (a)religiosidade está fortemente relacionada à orientação sexual: as ateias ou sem religião tendem a se declarar mais bissexuais, homossexuais ou assexuais, enquanto as evangélicas/protestantes tendem mais a ser heterossexuais. As bissexuais alcançam percentuais maiores que as homossexuais em quase todas as religiões.

Em termos de posicionamento político, mais de 70% têm posições alinhadas à esquerda – e, portanto, à tendência expressa no projeto ético-político dominante na profissão. Entretanto, mais de 60% das estudantes não têm nenhuma atuação sociopolítica. Entre as 37,2% militantes, o movimento estudantil é o preferido para o ativismo e, sendo onde as estudantes se deparam com as questões mais específicas do ensino superior, aponta quais são seus maiores ou mais imediatos interesses. No que toca aos movimentos de natureza religiosa ou filantrópico-assistencial, há uma adesão relativamente baixa, não obstante a religiosidade da maioria das alunas, o que pode significar uma ruptura com o perfil de assistente social segundo o senso comum e provavelmente tem que ver com o caráter fortemente politizado do curso.

Dentre as alunas que participaram da pesquisa, 30% têm uma ou mais doenças crônicas (em particular, depressão, hipertensão e asma). Um quarto não faz tratamento. Como 61,7% não têm plano de saúde, pode-se inferir que a ampla maioria depende do Sistema Único de Saúde (SUS). Cerca de 35% têm TM (destacando-se ansiedade, depressão e ideação suicida) e, destes, 43% relatam que os TM se apresentaram após o ingresso na universidade. As entrevistas qualitativas corroboram a percepção e esclarecem que se trata de problemas processuais e multifatoriais, agravados pelo estresse da vida universitária. O tempo de lazer, fundamental para a manutenção de uma vida saudável, é baixo: quase 60% têm entre nenhum e 5h (quase o mesmo percentual não realiza nenhuma atividade cultural regularmente). Inobstante, com

os dados da pesquisa não é possível afirmar que há uma correlação entre o diminuto tempo de lazer e ser portador de TM. Lembre-se, porém, de que esse tempo foi meramente estimado e é um retrato do momento, sem levar em conta o histórico anterior.

Este aspecto nos parece que terá sua importância ainda mais aumentada em face da pandemia que assolou o mundo entre 2020/2021, a qual não apenas adoeceu (física e emocionalmente) e matou um enorme contingente populacional do país (e do mundo) como aprofundou os efeitos de uma crise econômica mais prejudicial aos pobres e de uma desigualdade persistente e perversa. Se se aditam os dados relativos ao perfil socioeconômico, que mencionamos rapidamente no início destas considerações finais, às informações de saúde levantadas na pesquisa, pode-se aventar que a sociedade em geral, e a universidade em particular, terá de se haver com uma comunidade estudantil mais empobrecida e mais adoentada nos próximos semestres e, talvez, nos próximos anos.

Para concluir, os dados deixam entrever que houve uma diversificação e uma ampliação do público atendido pelo ensino superior público – no caso específico, o próprio *campus* da UFF – Rio das Ostras e, nele, o curso de serviço social são, em grande medida, fruto desse processo. A estruturação do *campus*, suas deficiências e insuficiências são também, por outro lado, testemunho dos limites desta expansão espacial e do perfil do alunado. Uma dialética que vai de avanços a conservações e modernizações conservadoras, exigindo daqueles que acreditam no ensino de qualidade – e numa sociedade mais justa – uma avaliação crítica ponderada.

Referências

- ABDO, Carmita. *Pesquisa Mosaico Brasil*. Projeto Sexualidade (Pro-Sex) da Faculdade de Medicina da USP, 2008. Disponível em: <http://sites2.uai.com.br/tva/ja2/projeto_mosaico_brasil_coletiva_rj_mg.pdf>, acessado em 26 mar. 2020.
- ASSUNÇÃO, Vânia Noeli Ferreira de. Perfil socioeconômico da estudante de serviço social da UFF - Rio das Ostras em 2019: desafios para a formação profissional em um campus precarizado. *Revista Libertas*, v. 21, n. 1, jan./jun. 2021. Disponível em: <<https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/31238/22949>>.
- _____. *et al.* *Pesquisa perfil do estudante de serviço social da UFF – Rio das Ostras*. Rio das Ostras, 2019. Disponível em: <<http://ihs.sites.uff.br/perfildiscentesservsocial2019-i/>>.
- BATISTA, Fabiana. Brasil registra 124 assassinatos de transexuais em 2019, segundo dossiê. *Universa*, 29 jan. 2020. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2020/01/29/dossie-de-violencia-contra-pessoas-trans-em-2019.htm>>, acessado em 29 mar. 2020.
- CARVALHO, Clarice da Costa. Cap. V. In: *Os rumos da política de ensino superior no Brasil e o projeto expansionista da UFF- uma análise a partir do campus de Rio das Ostras*. Tese (Doutorado) apresentada à UFRJ, 2016.
- DURHAM, Eunice R. *O ensino superior no Brasil: público e privado*. Documento de trabalho 3/03. Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior. São Paulo: USP, 2003.
- EXTRA. Cientista italiano diz que humanidade será bissexual, 20 ago. 2007. Disponível em: <<https://extra.globo.com/noticias/mundo/cientista-italiano-diz-que-humanidade-sera-bissexual-711150.html>>, acessado em 21 mar. 2021.
- FONAPRACE – Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis. *V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das* Ifes* – 2018. Brasília: Andifes,

2019.

GRANER, Karen M.; RAMOS CERQUEIRA, Ana T. de A. Revisão integrativa: sofrimento psíquico em estudantes universitários e fatores associados. *Ciência & Saúde Coletiva*, 24(4):1327-1346, 2019.

GTPE/ADUFF. *Caderno de expansão e condições de trabalho docente*. Niterói: Aduff, maio 2013.

IBGE. Desigualdades sociais de cor ou raça no Brasil. *Estudos e Pesquisas – Informação Demográfica e Socioeconômica* n. 41. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao.html>>, acessado em 29 mar. 2020a.

_____. *Censo 2010: número de católicos cai e aumenta o de evangélicos, espíritas e sem religião*. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo?id=3&idnoticia=2170&view=noticia>>, acessado em 30 mar. 2020b.

MARTINS, Carlos B. A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 30, n. 106, p. 15-35, jan./abr. 2009.

MINUANO, Carlos. O que é uma pessoa cisgênero? *Universa*, 12 jan. 2020. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2020/01/12/o-que-e-uma-pessoa-cisgenero.htm>>, acessado em 12 jan. 2020.

MUNANGA, Kabengele. A questão negra no Brasil: desafios e perspectivas. *I Encontro de Subjetividade e Cultura Afro-brasileira*, 2 nov. 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=0AkaS3Y5LG0&fbclid=IwAR0bdwvewkZr8BTOwuuOZr2GejxYAb-tero_T7vwdejqHCSX5-Gb9kISnYXA>, acessado em 7 nov. 2018.

NOGUEIRA, Sayonara; AQUINO, Tatiane; CABRAL, Euclides. *Dossiê: a geografia dos corpos das pessoas trans*. Rede TransBrasil, 2017.

RISTOFF, Dilvo. Impacto dos programas de inclusão sobre o perfil da graduação. *Cadernos do GEA*, n. 9, jan.-jun. 2016.

SACRAMENTO, Marcos. “Preto” ou “negro”? O vídeo viral que levantou um debate semântico. *Diário do Centro do Mundo*, 1 ago. 2016. Disponível em: <<https://www.diariodocentrodomundo.com.br/preto-ou-negro-o-video-viral-que-levantou-um-debate-semantico-por-sacramento/>>, acessado em 1 ago. 2016.

SANTANA, Bianca. Nossa negritude de pele clara não será negociada. *Ecoa – por um mundo melhor*, 28 jul. 2020. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/ecoa/colunas/bianca-santana/2020/07/28/nossa-negritude-de-pele-clara-nao-sera-negociada.htm?fbclid=IwAR2u0s8cQzTdGoQJp-LCQ1GiLQUL7Wt5a0f79nsM2-eyNX-ZjpB3TplZA4BM>>, acessado em 30 jul. 2020.

SANTOS, Élem G.; SIQUEIRA, Marluce M. Prevalência dos transtornos mentais na população adulta brasileira: uma revisão sistemática de 1997 a 2009. *J Bras Psiquiatr.* 2010;59(3):238-246.

SANTOS, Hugo G. *et al.* Fatores associados à presença de ideação suicida entre universitários. *Rev. Latino-Am. Enfermagem* 2017;25:e2878.

SILVA, Hellen C. X.; FERNANDES, Maria C. da S. G. Permanência universitária: para além da assistência econômica. *XIII Educere – Congresso Nacional de Educação*, 2017. Disponível em: <https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/24627_11978.pdf>.

SILVA, Matheus C. Cap. III. *In: O Reuni na UFF: da precarização das condições de trabalho à luta nos campi!* Dissertação (Mestrado) apresentada à UFF, 2015.

SILVA, Matheus T.; MARTINS, Valter. Reforma curricular e serviço social reconceituado: a trajetória do curso de serviço social de Campos dos Goytacazes. *Vértices*, Campos dos Goyta-

cazes/RJ, v.21, n.3, p. 417-430, set./dez. 2019.

SILVA, Rafael R. Brasil é o segundo país do mundo a passar mais tempo na internet. *Canal Tech*, 1 fev. 2019. Disponível em: <<https://canaltech.com.br/internet/brasil-e-o-segundo-pais-do-mundo-a-passar-mais-tempo-na-internet-131925/>>, acessado em 7 abr. 2020.

SILVA, Renata M.; BOROWSKY, Micheli M. A implantação do Reuni na UFF: ampliação de direitos ou precarização do ensino superior? *Regae: Rev. Gest. Aval. Educ.*, Santa Maria, v. 7, n. 16, set./dez. 2018, p. 91-110.

SIMÕES, Pedro. Religião e política entre alunos de serviço social (UFRJ). *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, 27(1): 175-192, 2007.

UFF. *Relatório de autoavaliação institucional 2020*. Niterói, mar. 2020.

UNIVERSA. O que é pansexual? Disponível em: <<https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2019/07/23/o-que-e-pansexual-entenda-o-significado-dessa-orientacao-sexual.htm>>, acessado em 29 mar. 2020.